

A escolha possível entre dois tipos de recessão

Istvan Karoly Kasznar(*)

A Nação tem assistido nos últimos meses a um conjunto de medidas macropolíticas que vi-



sam timidamente recolocar o País na trilha da estabilidade. Essa timidez evidencia-se através da declaração do próprio ministro, que adotaria uma política de "feijão com arroz".

Podem ser observadas importantes intenções nas medidas ministeriais recentes, tais como o fortalecimento da privatização das estatais; a administração mais eficiente nas empresas públicas; a liberalização dos preços; a volta do diálogo com o FMI; o pagamento, mesmo que reduzido, dos juros da dívida externa; e uma política industrial modernizante.

A liberalização dos preços é condição sine qua non para a estabilização do sistema econômico. Parece

que as autoridades compreenderam que as leis do mercado são as únicas que de fato funcionam e que a livre iniciativa será tanto mais eficiente quanto maior for a eficiência em preços do próprio sistema econômico.

A volta do FMI é um indicador de bom senso. Fechar-se ao diálogo com entidades supranacionais em fase de glasnost internacional é andar na contramão da história. Ademais, o Fundo anuncia sua opinião acerca de um país, e se ela for favorável, abre as portas ao crédito externo.

O Brasil, com uma performance declinante na formação de poupanças, necessita de novos empréstimos e do investimento estrangeiro.

Economistas lembram que, por seus efeitos, a solução desse impasse também determina o que seja uma "recessão burra", diferenciada de uma "recessão inteligente".

A primeira ocorreria

quando, para estancar a inflação no curto prazo, se diminui o poder aquisitivo do trabalhador, elevam-se as taxas de juro e criam-se impostos de impacto temporário.

A falta de consumo interno promoveria um aumento nas exportações e queda interna dos preços. Essas medidas seriam de fôlego curto, pois viveríamos na iminência de dar mais choques conjunturais, ainda mais redutores das atividades econômicas.

A "recessão inteligente", denominação estranha para um processo que geraria desemprego, envolvendo um risco alto de perda de popularidade das autoridades, ocorreria ao serem usadas medidas de impacto estrutural na economia. Incluiriam uma forte contenção monetária e a redução dos gastos públicos. Simultaneamente, um acordo entre patrões e empregados seria estabelecido, para determinação da distribuição do bolo, e uma regra estável que fixasse a

contribuição do setor privado na sustentação do aparelho de Estado.

Bons projetos e atividades realmente produtivas continuariam sendo incentivados. Fossem eles públicos ou privados. O importante seria deixar o mercado e a livre iniciativa funcionar.

Ainda sob o prisma externo, convém lembrar que o Brasil adotou desde os anos 30 até hoje uma política substitutiva de importações. Essa política esgotou-se. Mal importamos US\$ 13 bilhões anuais nos anos 80. Cortar mais é difícil. Seria e tem sido nos anos recentes ceifar a vida de certas empresas, ao ser-lhes impedido importar uma mercadoria não disponível localmente. Tecnologias não disponíveis no País fazem cada vez mais falta a nossa indústria.

Portanto, outra medida que faria parte dessa segunda opção inclui a abertura da economia ao exterior. Sairíamos da contramão da história. A modifi-

cação da política da Cacex seria fundamental nesse sentido. Em vez de tolher apenas a importação, adotar-se-ia uma nova mentalidade de promoção das exportações, com liberalização paulatina das importações. Aparentemente, o Alvorada percebeu isso e divulgou recentemente seu documento da nova política industrial.

Nota-se, portanto, que fortes e ponderáveis indefinições perduram. O restabelecimento da credibilidade em nossas autoridades é primordial para a volta ao crescimento estabilizado. Nesses dois derradeiros anos de administração do governo atual, clama-se por uma postura que, solucionando os graves problemas que nos afetam no dia-a-dia, estabeleçam um caminho claro e racional para alcançarmos a estabilidade macroeconômica de longo prazo.

(*) Professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.